

## EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL E AS CONTRIBUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

EDUCATION BEYOND CAPITAL AND THE CONTRIBUTIONS OF STUDENT ASSISTANCE

Laura Cristina Nobre Barros<sup>1</sup>  
Ronan Marcelo Martins<sup>2</sup>  
Geison Jader Mello<sup>3</sup>  
José Vinicius da Costa Filho<sup>4</sup>

### Resumo

O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre a obra “Educação para além do Capital” e a assistência estudantil no Brasil, fazendo uma relação entre elas e os principais conceitos de Mészáros. A obra “Educação para além do Capital” e a assistência estudantil pode vir a ser mais um instrumento de superação a ser usado a favor do interesse da classe trabalhadora. Diante disso, presume-se uma educação mais igualitária e justa, a começar pela formação omnilateral e politécnica do ensino médio integrado. No desenvolver deste estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica com base em material já existente, tendo como referência os autores que versam sobre essa temática, dentre eles, Frigotto, Saviani e Moura.

**Palavras-chave:** políticas públicas, educação no Brasil, educação básica.

---

<sup>1</sup> Assistente Social e Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFMT).

<sup>2</sup> Doutor em Energia Elétrica e Professor do Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT, *Campus Cuiabá* Cel. Octayde Jorge da Silva.

<sup>3</sup> Doutor em Física Ambiental e Professor do Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT, *Campus Cuiabá* Cel. Octayde Jorge da Silva

<sup>4</sup> Doutor em Física Ambiental e Professor do Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT, *Campus Cuiabá* Cel. Octayde Jorge da Silva.

## **Abstract**

The objective of this article is to reflect on the work “Education beyond Capital” and “Student Assistance” in Brazil, making a relationship between them and Mészáros' main concepts. The work “Education beyond Capital” and Student Assistance could become another instrument of overcoming to be used in favor of the interests of the working class. In view of this, a more egalitarian and fair education is assumed, starting with omnilateral and polytechnic training in integrated secondary education. In developing this study, we opted for bibliographical research based on existing material, having as reference the authors who deal with this topic, among them, Frigotto, Saviani and Moura.

**Keywords:** public policies, education in Brazil, basic education.

## 1 INTRODUÇÃO

A obra 'Educação para além do Capital' aborda a educação sob uma perspectiva marxista, destacando a importância de considerar o trabalho e a educação a partir das necessidades humanas, em contraposição às demandas do mercado. Propõe-se, assim, uma educação universal que promova a transformação social e a emancipação, contrapondo-se à lógica de exploração capitalista por meio de processos educativos inclusivos e acessíveis a todos.

Mészáros (2008, p. 9) começa seu livro afirmando “a educação não é uma mercadoria”, sendo assim, essa não deve qualificar para o trabalho, mas para a vida. Nessa direção, como podemos medir essa concepção de educação? E para analisar a sua efetividade, seria através dos resultados de uma prova padronizada como por exemplo o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e dados quantitativos?

Por outro lado, no Brasil, a assistência estudantil, enquanto política pública da educação, apresenta-se como uma dessas alternativas, já que visa fornecer recursos necessários aos estudantes em vulnerabilidade social e econômica. No entanto, será que apenas a educação e a assistência estudantil são suficientes na superação da lógica destrutiva do capital?

A proposta de reflexão é sobre a Educação como instrumento de emancipação dentro da perspectiva da assistência estudantil e no contexto socioeconômico do Brasil, levando-se em consideração a obra “A educação para além do Capital”, ou seja, uma reflexão na direção do empoderamento daqueles que vão lutar contra o domínio do capital, contra a exploração e a opressão.

Diante do exposto, tem-se como objetivo geral deste trabalho discutir os principais conceitos defendidos pelo autor Mészáros e como a política de assistência estudantil pode contribuir para uma sociedade mais igualitária e justa

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa se constitui como um estudo reflexivo e qualitativo, que adota a pesquisa bibliográfica como estratégia metodológica, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a intersecção entre Educação e Assistência Estudantil no Brasil, analisadas à luz do modo de produção capitalista. Nesta perspectiva, é importante destacar

que um estudo reflexivo visa a estimular a reflexão crítica sobre o tema proposto, incentivando o leitor a considerar diferentes perspectivas e contextos. Em contraste com abordagens quantitativas, que focam na coleta e análise de dados numéricos, a abordagem qualitativa prioriza a compreensão das experiências, percepções e motivações humanas, permitindo uma exploração mais ampla de conceitos, ideias e significados (Mattar; Ramos, 2021).

Para compreender o percurso metodológico da pesquisa, é importante destacar que a pesquisa bibliográfica, conforme definida por Gil (2010), baseia-se na análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos e documentos eletrônicos, possibilitando um estudo da literatura existente sobre um tema, contribuindo para a construção de um referencial teórico. Para este estudo, iniciou-se com a leitura detalhada do livro “Educação para Além do Capital”, de Mészáros (2008), seguida da leitura de obras de autores renomados na área, como Frigotto (2006), Saviani (1996) e Moura (2013), o que permitiu a identificação e análise das principais discussões e debates sobre Educação e Assistência Estudantil no contexto brasileiro, sob a influência do capitalismo.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação é uma atividade típica dos seres humanos e deve ser sempre continuada e permanente, ou não é educação. Educar não é mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida (MÉSZÁROS, 2008).

Dentro desse contexto, segundo Neto (2017, p. 268):

Pouco se poderá ensinar e aprender dentro de um modelo que não coloque no seu centro os próprios seres humanos, mas os produtos de suas operações mecânicas, orquestradas e operárias. Só pode ser educativo um tipo de trabalho que valorize a criação livre e a realização humana, por meio do contato direto com a natureza e o mundo social, e nunca apenas a representação deles proporcionada por uma lousa inanimada, por um livro colorido, ou mesmo discurso de um professor bem-informado.

Nesse sentido, não é somente com boas intenções que se poderá fazer uma educação melhor, isso é necessário, porém não basta. É preciso que o sistema não esteja alienado como afirma Mészáros (2008, p. 35), “rasgando a camisa de força”, ou como Emir Sader (2008, p. 17) afirma “digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação”, ou seja, um trabalho alienado produz uma educação alienada.

Conforme Cara (2019), a escola, entendida como espaço físico, é fundamental para a

troca de experiências acumuladas ao longo da vida e para a disseminação de conhecimentos. Essa interação contribui significativamente para a evolução do ser humano. O autor enfatiza:

Ao cobrarem resultados de ‘aprendizagem’ de estudantes e dos sistemas públicos de ensino, sem reivindicar, na mesma proporção, escolas públicas dignas e condições adequadas de trabalho para os educadores, os movimentos, institutos e fundações empresariais tornam-se, na prática, ‘inimigos íntimos da educação’ [...] (CARA, p.26, 2019, grifo do autor).

Paulo Feire (2005, p. 71), educador e filósofo brasileiro, usava a expressão “educação bancária” e para esclarecer essa ideia de que a educação não é mera transferência de conhecimentos, segundo Brighente e Mesquida (2016, p. 161, grifo do autor):

Entendemos que o professor irá ‘depositar’ (vem daí a ideia de “bancária”) os conteúdos em suas cabeças, como se fossem recipientes a serem preenchidos. A educação bancária não é libertadora, mas, sim, opressora, pois não busca a conscientização de seus educandos.

Com relação àqueles que acreditam na pedagogia bancária, Feitosa, Santos e Silva (2022, p. 212, grifo do autor) advertem:

[...] que adestra, ao invés de educar, que limita ao invés de emancipar, que escraviza no lugar de libertar, a educação do trabalhador deve ser pautada [...] em documentos ‘norteadores’ que buscam prever objetivos comuns de aprendizagem e desenvolvimento a todos os educandos, sem levar em consideração a realidade de cada sujeito [...].

A obra “Educação para além do Capital” ensina pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano, onde a exigência é superar a lógica desumanizadora, pois sabemos que em uma sociedade cujo regime econômico visa apenas o lucro, a exploração e o individualismo, o ser humano é uma peça da engrenagem que serve apenas para compor, por exemplo, uma fábrica, indústria ou empresa, ou seja, ele é parte de um processo lucrativo. Na citada obra são apresentadas alternativas de superação para lógica desumanizadora do capital por meio de processos educativos amplos por exemplo.

Quando trazemos o debate para o campo das políticas públicas no Brasil, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) está institucionalizado através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e tem como objetivo garantir o acesso e a permanência aos estudos de jovens em situação de vulnerabilidade social. De acordo com o citado Decreto:

[...] Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. [...] (BRASIL, 2010).

Neste sentido, fica explícito que não basta colocar o jovem na Universidade, por exemplo, é preciso que ele tenha condições de permanência para enfrentar as diversas barreiras sociais. Conforme Frigotto (2006, p. 40, grifo do autor):

O rendimento escolar, a permanência ou não da trajetória escolar são tidos como função de um conjunto de ‘atores’. As análises multivariadas, com elaborada sofisticação estatística, chegam sempre a mesma conclusão (quase metafísica) - o fator sócio-econômico é que tem o peso maior na ‘determinação’ das diferenças encontradas, em seguida, os fatores ligados à educação dos pais, etc.

A assistência estudantil, enquanto uma política da educação, surge como mais uma ferramenta para a tentativa de diminuir essas desigualdades, possibilitando aos estudantes maiores oportunidades, haja vista que se trata de uma política que visa o acesso e êxito no ambiente escolar, principalmente de classes historicamente desfavorecidas, tais como indígenas, quilombolas e negros.

Sabemos que nem sempre foi assim, pois desde o início de sua colonização, o país sempre teve um ensino desigual com escolas destinadas à elite e escolas destinadas aos filhos dos trabalhadores (PACHECO, 2020).

Segundo Braga e Prá (2021), ao final da década de 80, surgiu o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) com o objetivo de analisar o perfil dos estudantes do país, bem como assuntos relacionados a eles.

No contexto atual, a assistência estudantil continua seletiva e delimitando o perfil dos estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio e que deve ser comprovada através de documentos solicitados, geralmente, por editais (BRAGA; PRÁ, 2021).

Ainda assim, a política de assistência estudantil seria um exemplo do que o autor propõe, práticas amplas e concretas que vão muito além dos espaços das salas de aula. Ela é usada como ferramenta para que o estudante em vulnerabilidade possa garantir e concluir seus estudos, amenizando as despesas extracurriculares.

Nesse sentido, a política Assistência Estudantil começa antes mesmo do estudante acessar a escola, contemplando áreas da vida como moradia, alimentação, transportes, creche, grêmio estudantil, apoio a eventos culturais e movimentos sociais em geral. Todavia, como esta política também está dentro do sistema econômico capitalista, vem sofrendo suas consequências no decorrer dos anos e de acordo com o perfil de gestão.

Conforme Pontual (2019), o Brasil vem sofrendo cortes e retrocessos em programas de transferência de renda desde o ano de 2016. Vários setores foram atingidos e sentiram as consequências disso.

Assegurar o acesso e permanência do estudante na escola é essencial, ir à escola é parte do processo, porém é preciso ir além, pois não é a educação escolarizada por si só que vai resolver todos os problemas do mundo. A depender da forma como a educação é aplicada, ela

pode ser um instrumento de reforço do sistema do capital, distribuindo uma educação geral de forma a atender as demandas do mercado que se aperfeiçoou com o *toyotismo*, exigindo cada vez mais um trabalhador qualificado.

O mesmo vale para a Assistência Estudantil que, em alguns momentos, ao invés de servir como uma política garantidora de direitos, acaba servindo ao capital. Conforme Santos e Marafon (2016, p. 416, grifo do autor):

[...] há a tendência de repasse de recursos monetários para que os alunos ‘comprem no mercado’ suas necessidades, ao invés de propiciar os serviços que demandam. Como, por exemplo, o auxílio-creche em detrimento de creches, o auxílio-moradia ao invés das moradias estudantis, o auxílio-alimentação que substitui os restaurantes universitários.

Sendo assim, tanto a Educação quanto a Assistência Estudantil são políticas públicas que podem ser utilizadas estrategicamente, conforme o interesse dos que detêm o poder. Neste sentido, a educação pode atender ao mesmo tempo as demandas e interesses do capital, bem como pode servir de instrumento de emancipação do cidadão, a depender do cenário político-social de quem detém a hegemonia.

Para compreender as contradições da sociedade, Saviani (1996) já citava dois grupos pedagógicos. O primeiro grupo das teorias não críticas onde estão a Pedagogia Tradicional, Pedagogia Nova e a Pedagogia Tecnicista que colocam as responsabilidades na escola de superação dessa marginalidade. No segundo grupo estão as Teorias Crítico-Reprodutivistas, onde estão a Teoria do Sistema enquanto violência simbólica, a Teoria da Escola enquanto Aparelho Ideológico do Estado e a Teoria da Escola Dualista que concebe a escola como promotora da marginalidade.

Segundo afirma Frigotto (2006), é neste embate de concepções de sociedade e trabalho que se insere a disputa pela educação como uma prática social mediadora do processo de produção [...]. Corroborando para este entendimento, Moura (2013, p. 717) confirma a contradição no governo de Dilma Rousseff:

[...] o governo federal tem posição completamente ambígua, raiando a esquizofrenia. As vezes adota o discurso da politecnia e da formação humana integral, mas, nesse caso, vai pouco além das palavras. Outras vezes assume, em nome dos interesses dos trabalhadores e dos mais pobres, o que, na verdade, interessa ao capital. Nesse caso, vai além das palavras e promove ações efetivas, inclusive, financiando-as regiamente.

A educação como elemento mediador está na transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico, ou seja, não deve ser apenas uma mudança paulatina, mas sim romper com a lógica do capital a partir de uma mudança radical, sem alterações superficiais, apenas em termos de aparência, é preciso abordar a essência do problema de forma a atingir um patamar de mudança fundamental e não apenas pequenas reformas

educacionais. Limitar uma mudança radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa (MÉSZÁROS, 2008).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se fazer uma reflexão sobre a obra “Educação para além do Capital” e a Assistência Estudantil no Brasil. Foram feitas algumas análises de como ambas, enquanto políticas públicas, podem contribuir tanto para atender as demandas do modo de produção capitalista quando usadas como mais uma mercadoria, quanto atender a classe trabalhadora, estimulando sua capacidade emancipadora e crítica que é onde os recursos deveriam ser realmente utilizados. Portanto, o papel da educação deve ser o de ensinar as pessoas a pensarem e serem articuladas em seus argumentos. Já assistência estudantil, deve ser vista e entendida como direito, que deixam os estudantes emponderados com uma base mais estável para terminarem seus estudos com qualidade.

Em síntese, para uma sociedade emancipada, é necessário que o trabalho, a ciência e a cultura estejam sempre articulados com a educação, porém em um contexto historicamente desfavorável como o do Brasil, isso não significa que seja uma tarefa fácil.

#### 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, G. P. de O.; PRÁ, K. R. D. Assistência Estudantil: delimitações históricas e o novo quadro na conjuntura brasileira. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm) Acesso em: 19 fev. 2024.

BRIGHENTE, M. F.; MESQUIDA, P. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. **Pro-Posições**, v. 27, p. 155-177, 2016.

CARA, D. Contra a barbárie, o direito à educação In: CÁSSIO, F. **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

CÁSSIO, F. **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEITOSA, D. S.; SANTOS, G. F.; SILVA, S. R. P. Paulo Freire e a Pedagogia Libertadora: uma ameaça à perspectiva de educação neoliberal da (extrema) direita no Brasil. **Filosofia e Educação**, v. 14, n. 1, p. 201-221, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTAR, J.; RAMOS, D. K. **Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 03, p. 705-720, 2013.

NETO, G. H. **Dialética e Andronormatividade: o trabalho pedagógico na gramática do capital**. 2017. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, RS, 2017.

PACHECO, E. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020.

PONTUAL, P. C. Educação popular e participação social: desafios e propostas para hoje. In: **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SADER, E. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, C. P. C; MARAFON, N. M. A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o serviço social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 408-422, 2016.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 32 ed. São Paulo: Autores Associados, 1996.